



**CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 2256/1997</b>		
Ementa <b>DISPÕE SOBRE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE FORMA SIMPLIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>		
Data da Norma <b>08/10/1997</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Em vigor</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
11/11/2015	<a href="#">Lei Complementar nº 106/2015</a>	Revogada por
11/11/2015	<a href="#">Lei Complementar nº 107/2015</a>	Revogada por



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

---

LEI Nº 2.256, DE 08 DE OUTUBRO DE 1997

“DISPÕE SOBRE APRESENTAÇÃO DE  
PROJETOS DE FORMA SIMPLIFICADA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

(Projeto de lei nº 82/97, de autoria dos Vereadores Antônio Esmael Alves de Mira e Olaerte Constantini)

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 2.307/97, da Câmara Municipal, promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Os projetos de construções comerciais, industriais e de edificações residenciais unifamiliares, particulares, poderão ser apresentados de forma simplificada observando-se as seguintes exigências:

- I - planta de locação contendo o contorno da edificação, indicação de pavimento(s) e cota(s) de implantação, afastamento e recuos, em relação às divisas e alinhamento do terreno;
- II - tabela especificando índices de aproveitamento e ocupação do terreno;
- III - desenho em escala 1:100 ou a critério da Prefeitura Municipal;
- IV - as cópias a serem apresentadas deverão ser do tipo heliográfica ou fotocópia;
- V - quando necessário, apresentar legenda distinguindo as edificações existentes já regularizadas das partes a construir.

ARTIGO 2º - Os projetos simplificados de que trata esta Lei estão dispensados da apresentação de projetos complementares e de certidão negativa de impostos e taxas municipais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

---

LEI 2256/1997  
Fls. 3/3

ARTIGO 3º - As disposições internas dos compartimentos, suas funções e dimensões serão de total responsabilidade do proprietário e do(s) profissional(ais) envolvido(s) legalmente habilitado(s), respeitada a legislação vigente.

ARTIGO 4º - Serão excluídas dos benefícios instituídos nesta Lei, as edificações que:

- I - possuam mais do que 2 (dois) pavimentos;
- II - constituam parte de agrupamento ou conjunto de realizações simultâneas;
- III - apresentem como proprietário(s) pessoa jurídica.

ARTIGO 5º - Os pedidos de alvará de utilização (habite-se) aprovados de forma simplificada, deverão ser requeridos junto à Prefeitura Municipal.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



---

ROOSEVELT ANTÔNIO DE ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da P.M., em 08 de outubro de 1997.



---

MARIETTE BELA CARDOSO  
Chefe do Deptº de Protocolo e Arquivo